

pública. Uma das coisas que tivemos mais dificuldade foi termos dados para fazer a política. Instituímos um grupo de trabalho que foi à Secretaria de Educação, fizemos parceria com a Unesco, com a UnB, mas, na hora que fomos sentar para fazer a política, o planejamento a partir dos dados, não havia dados. As informações que conseguimos foram cedidas pela polícia militar através de um questionário que eles enviaram para as escolas, mas foi respondido por cerca da metade delas. Inclusive, uma das metas da política era tornar o questionário obrigatório. Outra coisa é que nem todas as ocorrências são comunicadas para a polícia, ficam no caderninho da direção da escola. Esses dados precisam entrar em um sistema, como existe o sistema de matrículas, não para punir o aluno, porque a ação da escola tem que ser educativa, mas para ter o registro daquela violência. Essas informações são necessárias para fazermos políticas públicas. Então, fazer um recorte por raça, gênero e região é impossível porque, como especialista, preciso desses dados científicos. Se não, posso cair em um achismo, estar enganada. Uma escola em uma área com maiores índices de violência não é necessariamente uma escola mais violenta. Existe uma miscelânea de aspectos que precisam ser estudados.

Mas de que forma os não especialistas percebem esses episódios? Nesse caso, pode haver um olhar diferenciado dependendo de onde acontece a violência?

Isso existe. Aqui no DF, por exemplo, é comum que jovens de um local sejam levados, em massa, para estudar em regiões diferentes das que residem. Uma vez, antes da pandemia, fui mediar um conflito no Lago Norte, uma briga, nos moldes dessas que estão sendo televisionadas agora, envolvendo nove meninas. A diretora queria transferi-las. Aí, ela disse para uma delas: 'Você mora em um lugar tão feio, tão pobre, tem a oportunidade de estudar em um lugar tão maravilhoso e não aproveita'. E a menina respondeu: 'Quem disse que eu queria vir para cá? Eu gostaria de estar estudando na minha quebrada'. A violência de tirar os corpos dos seus espaços para fazer com que eles façam parte de outra realidade também é um fator que gera violência. E essa dinâmica existe muito aqui.

O Guará, por exemplo, recebe os estudantes da Estrutural. Eles sofrem uma discriminação por virem de outros espaços, até porque nenhuma comunidade é igual a outra, e a forma de lidar com isso pode ser gerando mais violência.

Além da educação integral, quais outros mecanismos podem favorecer a cultura de paz nas escolas?

Produzir paz não quer dizer que não haja violência. Precisamos trabalhar para a acessibilidade socioemocional nas escolas. A escola não tem briga, grito, xingamento, mas ela é saudável para os estudantes? Ela combate o bullying, o racismo, a violência de gênero? Ela discute questões de empoderamento feminino? Dá espaço para o estudante ser o que ele quer ser ou militariza? A cultura de paz está dentro dessa perspectiva maior, de acessibilidade socioemocional. Nossas escolas são do século 18 ainda, e os estudantes não gostam delas, não se sentem confortáveis nelas. Precisamos lutar para transformar isso.

Quais outras práticas podem ajudar nesse sentido?

Defendo também as práticas integrativas de saúde. Elas são instituídas pelo SUS (Sistema Único de Saúde) e, ainda assim, no projeto de 2019, tivemos muita dificuldade em aplicá-las aqui no DF. Ela viraria uma lei distrital, mas deputados da bancada evangélica disseram que tinha a ver com religião. Interrompemos um grupo de ação porque um deles dizia que ioga e meditação eram coisas do demônio. Mas fomos elogiados na OMS (Organização Mundial da Saúde) quando apresentamos esse projeto. Tínhamos implementado em 10 escolas e queríamos estender, mas fomos interrompidos. A ideia era, inclusive, fazer com que a comunidade que mora próxima à escola participasse. Por exemplo, um morador que soubesse meditação ensinaria os alunos, claro que com uma curadoria, mas não fomos adiante. Parece que a nova gestão tem a intenção de retomar, espero que dê certo. O importante é focar em soluções. Então, para a cultura de paz, penso em educação integral, práticas integrativas de saúde e a capacitação dos professores. Eles precisam ser formados para uma cultura de paz e para a medição de conflitos. Todo mundo da escola pode aprender os protocolos para mediar conflitos e agir, inclusive, para que eles nem surjam.

Participe

Chance de avançar

O prazo é curto, mas a oportunidade pode ter consequências grandiosas. Terminam hoje as inscrições no Programa Avançar, Preta!, criado pelo Fundo Gabara para capacitar e dar suporte financeiro a mulheres negras que se dedicam a iniciativas de geração de renda. São 11 vagas, e a possibilidade de participar de cursos de capacitação técnica ao longo de um mês e meio. Ao fim do treinamento, as selecionadas receberão um aporte de R\$ 1.250 a R\$ 5 mil. Entre os temas a serem abordados nos cursos, estão planejamento e gestão de negócios, organização financeira, autocuidado e saúde emocional da mulher negra. As candidatas também precisam ter ao menos 18 anos e estarem envolvidas em iniciativas com, no mínimo, um ano de existência e que tenham redes sociais ou site. Inscrições através do formulário disponibilizado no instagram [@fundoagbara](#) ou no site [www.fundoagbara.org.br](#).

Governo

Descaso com a igualdade racial

Um levantamento do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) deixa evidente que a promoção da igualdade racial não desperta o interesse do governo atual. Tendo como base dados do Balanço do Orçamento Geral da União de 2021, o estudo mostra que, no ano passado, houve uma redução no investimento de ações para essa área em relação ao anterior. A execução financeira da promoção da igualdade racial, medida alocada no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, diminuiu mais de oito vezes entre os dois anos — de R\$ 17,6 milhões para R\$ 3,3 milhões — e, ainda assim, todo o valor não foi usado. "Apesar do valor extremamente baixo, o governo gastou apenas R\$ 2 milhões, 66% do total, sendo metade de restos a pagar de anos anteriores", indica o relatório do Inesc. Esses recursos se destinam a apoiar estados e municípios para o enfrentamento ao racismo e para o funcionamento do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPPIR).

Centenária

Que saudade!

A última quinta-feira foi para celebrar o privilégio da existência de Dona Ivone Lara. Se estivesse viva, a primeira dama do samba completaria 100 anos. Morta aos 97 anos, ela deixou um legado tanto para as artes quanto para a saúde mental. Também enfermeira, Ivone Lara esteve ao lado de Nise da Silveira na construção de abordagens mais humanizadas para pacientes psiquiátricos. Usava intervenções com música no hospital em que trabalhava, já na década de 1940, quando pouco se falava sobre musicoterapia. Nos palcos, também foi revolucionária. Gravou o primeiro disco aos 56 anos de idade, depois que o marido ciumento morreu. *Sonho meu*, o sucesso de estreia, foi seguido por uma série de canções inesquecíveis — muitas de autoria própria. Ivone era instrumentista, cantora, compositora, dona de um lindo sorriso negro e de um jeito nobre de viver. Que saudade!

Marco André Pinto/Divulgação



Recortes de cor

57,2%

dos municípios brasileiros não elegeram sequer uma vereadora negra (preta e parda) para as suas

câmaras municipais nas últimas eleições, em 2020. O número cai para 15,7% quando se considera os candidatos do sexo masculino, revela pesquisa conduzida pelo Núcleo de Justiça Racial e Direito da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (NJR/DFV Direito SP), em parceria com a Coalizão Negra por Direito.

KOLA SULAIMON



83%

dos africanos não receberam a primeira dose da vacina contra o novo coronavírus, segundo a Organização Mundial de Saúde. Um dos países mais populosos do continente também é um dos mais afetados pela desigualdade vacinal: na Nigéria (foto), apenas 3% dos mais de 206 milhões de habitantes receberam duas doses do imunizante.